

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

PROCESSO PENAL

8^a edição revista, atualizada e ampliada

Atualizado
de acordo
com as **Leis**
13.869/2019 e
13.964/2019

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiáros: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAE

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfouri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Adaptação de Capa: Lucas Kfouri

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Badaró, Gustavo Henrique

Processo penal / Gustavo Henrique Badaró. -- 8. ed. rev., atual. e ampl.
 -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-373-6

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

20-35441

CDU-343.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Dedicatória	5
Agradecimentos	7
Apresentação	9
Nota do Autor à Oitava Edição	11
Nota do Autor à Sétima Edição	13
Nota do Autor à Sexta Edição	15
Nota do Autor à Quinta Edição	17
Nota do Autor à Quarta Edição	19
Nota do Autor à Terceira Edição	21

Capítulo 1 Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais	43
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais	43
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial	48
1.4. Garantia do juiz natural	53
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa	60
1.6. Garantia da igualdade de partes	65
1.7. Garantia do estado de inocência	67
1.8. Garantia da motivação	71
1.9. Garantia da publicidade	80
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição	83
1.11. Garantia do processo no prazo razoável	86
1.12. Garantia do devido processo legal	96
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais	98
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório	106
1.14.1. Características	106
1.14.2. A essência do processo penal acusatório	107
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz	107

Capítulo 2 Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo	111
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal	113
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos	117
2.1.2.1. Normas sobre procedimento	118
2.1.2.2. Normas sobre prova	118
2.1.2.3. Normas sobre recursos	119
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade	123
2.2. A lei processual penal no espaço	124
2.3. Interpretação da lei processual penal	127

Capítulo 3
Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1.	Noções gerais.....	133
3.2.	Inquérito policial: finalidade	134
3.3.	Inquéritos extrapoliciais	135
3.4.	Natureza jurídica e características	136
3.5.	Dispensabilidade do inquérito	140
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial	141
3.7.	Início do inquérito policial	143
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies	148
3.9.	Diligências.....	148
3.10.	Identificação criminal.....	153
3.11.	Indiciamento	156
3.12.	Incomunicabilidade do preso	158
3.13.	Término do inquérito policial.....	158
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	160
3.15.	Vícios do inquérito policial.....	163
3.16.	Valor probatório.....	164
3.17.	Investigação pelo Ministério Público	167
3.18.	Investigação pela defesa.....	170
3.19.	“Juiz das Garantias”	173
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	174
3.19.2.	Função e momento de atuação	176
3.19.3.	O rol de competências	177
3.19.4.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa.....	183
3.19.5.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo	184
3.20.	Acordo de não persecução penal	186

Capítulo 4
Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação	197
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação.....	197
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	198
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação.....	198
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman.....	199
4.2.	Condições da ação penal	200
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	201
4.2.2.	Interesse de agir	203
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	205
4.2.4.	Justa causa para a ação penal	207
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	214
4.3.	Classificação da ação penal	221
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada.....	221
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação	223
4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal	224
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal	226
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal	226
4.4.	Ação penal pública incondicionada	227
4.4.1.	Noções gerais.....	227
4.4.2.	Princípios	227

4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	228
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	231
4.7.	Ação penal de iniciativa privada.....	232
4.7.1.	Princípios	232
4.7.2.	Queixa.....	232
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal	234
4.8.1.	Decadência	234
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa.....	235
4.8.3.	Perdão do ofendido.....	236
4.8.4.	Perempção	237
4.9.	Denúncia ou queixa.....	239
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa	239
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	239
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	241
4.9.1.3.	Classificação do crime.....	242
4.9.1.4.	Rol de testemunhas	243
4.9.1.5.	Elementos autenticativos	243
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	243

Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais	247
5.2.	Restituição, resarcimento, reparação e indenização.....	247
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i>	248
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis	250
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	252
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	253
5.7.	Rescisão do julgado penal	255
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal	255
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude	258
5.8.1.1.	Legítima defesa	259
5.8.1.2.	Estado de necessidade	259
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal	260
5.8.1.4.	Exercício regular de direito	261
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	261

Capítulo 6 Competência

6.1.	Noções gerais	265
6.2.	Concretização da competência	267
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento	271
6.4.	Critérios de distribuição de competência.....	273
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração	278
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu	282
6.4.3.	Competência pela prevenção.....	285
6.4.4.	Competência pela natureza da infração	286
6.4.5.	Competência pela distribuição	287
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função.....	290
6.5.	Prorrogação da competência.....	294
6.5.1.	Noções preliminares	294

26 PROCESSO PENAL

6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies	296
6.5.3.	Conexão	298
6.5.4.	Continência	302
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência	302
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalecente	306
6.5.7.	Desaforamento	312
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos.....	312
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	313

Capítulo 7
Sujeitos processuais

7.1.	Juiz	321
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	322
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos	322
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	326
7.1.1.3.	Procedimento.....	327
7.1.1.4.	Efeitos	328
7.1.2.	Suspeição do juiz	328
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição.....	328
7.1.2.2.	Abstenção do juiz	330
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito	330
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados	331
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	331
7.3.	Ministério Públíco	332
7.3.1.	Natureza jurídica	332
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial”	333
7.3.3.	Princípios do Ministério Públíco	335
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Públíco	336
7.4.	Autoridade policial	337
7.5.	Acusado	338
7.5.1.	Questões terminológicas	338
7.5.2.	Pessoa jurídica	338
7.5.3.	A autodefesa do acusado	339
7.5.4.	Revelia do acusado	339
7.6.	Defensor	340
7.6.1.	Defesa técnica	340
7.6.2.	Finalidade da defesa	340
7.6.3.	Aspectos terminológicos	340
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva	341
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica	342
7.7.	Curador	343
7.7.1.	Finalidade	343
7.8.	Assistente de acusação	344
7.8.1.	Finalidade	344
7.8.2.	Cabimento	345
7.8.3.	Momento	346
7.8.4.	Legitimados	347
7.8.5.	Poderes do assistente	350
7.8.6.	O assistente e a testemunha	351

Capítulo 8
Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes	357
8.2.	Questões prejudiciais.....	358
8.2.1.	Noções gerais.....	358
8.2.2.	Classificações	359
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas	361
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas	363
8.2.5.	Legitimados	365
8.2.6.	Momento de arguição	365
8.2.7.	Recurso	366
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade	366
8.3.1.	Exceção de suspeição	367
8.3.1.1.	Abstenção do juiz.....	367
8.3.1.2.	Legitimados	368
8.3.1.3.	Momento da arguição.....	368
8.3.1.4.	Procedimento.....	369
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados	371
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público....	371
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	372
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial	372
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	373
8.3.2.1.	Procedimento.....	373
8.4.	Da exceção de incompetência	373
8.4.1.	Hipóteses de incompetência	374
8.4.2.	Abstenção do juiz	374
8.4.3.	Legitimados	375
8.4.4.	Momento da arguição	376
8.4.5.	Procedimento	376
8.5.	Exceção de litispêndência e de coisa julgada.....	378
8.5.1.	Distinção	378
8.5.2.	Legitimados	379
8.5.3.	Momento de arguição	380
8.5.4.	Procedimento	380
8.5.5.	Recurso	381
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte	381
8.6.1.	Cabimento	381
8.6.2.	Legitimados	382
8.6.3.	Momento de arguição	383
8.6.4.	Procedimento	383
8.6.5.	Recurso	384
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas	384
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas.....	384
8.7.2.	Legitimados	385
8.7.3.	Momento	386
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida.....	387
8.7.5.	Requisitos	387
8.7.6.	Procedimento	388

28 PROCESSO PENAL

8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	390
8.7.8.	Natureza jurídica.....	391
8.8.	Incidente de falsidade documental	392
8.8.1.	Cabimento.....	393
8.8.2.	Legitimados.....	394
8.8.3.	Momento.....	395
8.8.4.	Procedimento	396
8.9.	Incidente de insanidade mental	397
8.9.1.	Cabimento.....	397
8.9.2.	Legitimados.....	398
8.9.3.	Momento.....	398
8.9.4.	Procedimento	399
8.9.5.	Resultado do laudo	401

Capítulo 9
Comunicação dos atos processuais

9.1.	Atos de comunicação processual	407
9.2.	Citação.....	407
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação.....	407
9.2.2.	Citação por mandado	408
9.2.3.	Citação por edital	414
9.2.4.	Citação com hora certa	417
9.2.5.	Citação e revelia.....	418
9.2.6.	Vícios da citação	420
9.3.	Intimação.....	421

Capítulo 10
Da prova

10.1.	Teoria geral da prova	425
10.1.1.	Noções preliminares.....	425
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade	426
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova.....	431
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova.....	432
10.1.4.1.	Meios de prova	434
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova	435
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala	436
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituendas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	437
10.1.7.	Prova emprestada	441
10.1.8.	Objeto da prova	445
10.1.9.	Momentos probatórios	446
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas.....	448
10.1.11.	Provas ilícitas.....	451
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções	451
10.1.11.2.	Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas.....	453
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação	459
10.1.12.	Prova por videoconferência	460
10.1.13.	Sistemas de valoração da prova	465
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial	467

10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidas em contraditório: corroboração	469
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepétíveis	472
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos standards probatórios	475
10.1.14.1.	Noções gerais	475
10.1.14.2.	As críticas ao standard de prova “além da dúvida razoável”	478
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao standard de prova “além da dúvida razoável”	481
10.1.15.	Ônus da prova	489
10.1.15.1.	Noções gerais	489
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies	490
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime	491
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias.....	497
10.2.1.	Conceito	497
10.2.2.	Características	497
10.2.3.	Classificações	497
10.2.4.	Perito	497
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito	498
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto	500
10.2.7.	Procedimento probatório	502
10.2.8.	Valor probatório	504
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova	505
10.2.9.1.	Conceito e finalidade cadeia de custódia	505
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia	507
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia.....	511
10.3.	Interrogatório	515
10.3.1.	Natureza jurídica	515
10.3.2.	Características	516
10.3.3.	Local do interrogatório	518
10.3.4.	Procedimento e conteúdo	518
10.3.5.	Valor probatório	519
10.4.	Confissão.....	519
10.4.1.	Conceito e elementos	519
10.4.2.	Natureza jurídica	520
10.4.3.	Classificações	521
10.4.4.	Características	521
10.4.5.	Valor probatório	522
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	523
10.5.1.	Conceito	523
10.5.2.	Natureza jurídica	523
10.5.3.	Requisitos	524
10.5.4.	Valor probatório	525
10.5.5.	Da colaboração premiada	525
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada	527
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo	529
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração	532
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo	536

30 PROCESSO PENAL

10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo	537
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada.....	548
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada.....	549
10.6.	Declarações do ofendido.....	553
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal	553
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas.....	553
10.6.3.	Natureza jurídica.....	554
10.6.4.	Procedimento probatório	554
10.6.5.	Valor probatório	555
10.7.	Prova testemunhal	556
10.7.1.	Conceito	556
10.7.2.	Características	556
10.7.3.	Classificações	557
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor.....	558
10.7.5.	Lugar do depoimento	559
10.7.6.	Procedimento probatório	560
10.7.7.	Contradita	563
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal.....	564
10.8.	Acareação	566
10.8.1.	Conceito e características	566
10.8.2.	Procedimento probatório	567
10.8.3.	Valor probatório	568
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa	568
10.9.1.	Conceito	568
10.9.2.	Procedimento	569
10.9.3.	Valor probatório	571
10.10.	Prova documental.....	573
10.10.1.	Conceito	573
10.10.2.	Características	573
10.10.3.	Espécies	574
10.10.4.	Documento eletrônico.....	574
10.10.5.	Procedimento probatório	575
10.10.6.	Valor probatório	576
10.11.	Indícios e presunções.....	578
10.11.1.	Conceito	578
10.11.2.	Raciocínio indiciário	578
10.11.3.	Valor probatório	579
10.11.4.	Indícios e presunções	579
10.11.5.	Espécies de presunções	580
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova	581
10.11.7.	Presunções absolutas.....	582
10.12.	Busca e apreensão	583
10.12.1.	Busca domiciliar	584
10.12.2.	Busca pessoal	587
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão	589
10.13.	Interceptação telefônica	591
10.13.1.	Questões terminológicas	591
10.13.2.	Disciplina constitucional	594
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996	598
10.13.4.	Natureza jurídica da medida	599

10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica	600
10.13.6.	Legitimados e momento	603
10.13.7.	Juiz e competência.....	604
10.13.8.	Procedimento probatório	605
10.13.9.	Valor probatório	612
10.14.	Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos	615
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos	615
10.14.2.	Natureza jurídica da medida.....	616
10.14.3.	Fundamento constitucional	617
10.14.4.	Espécies de Interceptações ambientais	620
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental	624
10.14.6.	Procedimento probatório	628

Capítulo 11 Sentença e coisa julgada

11.1.	Sentença	633
11.1.1.	Conceito	633
11.1.2.	Classificação e denominações.....	634
11.1.3.	Requisitos da sentença	634
11.1.4.	Sentença absolutória.....	638
11.1.5.	Sentença condenatória	639
11.1.6.	Intimação da sentença	645
11.1.7.	Efeitos da sentença	646
11.2.	Correlação entre acusação e sentença	648
11.2.1.	Noções gerais.....	648
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383).....	649
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384)	650
11.3.	Coisa julgada	658
11.3.1.	Noções gerais.....	658
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	659
11.3.3.	Coisa julgada material	659
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	660
11.3.4.1.	Problemas específicos	662
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	664
11.3.5.1.	Problemas específicos	664

Capítulo 12 Do processo

12.1.	Natureza do processo	671
12.2.	Objeto do processo penal.....	677
12.2.1.	A irrelevância da lide penal	677
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material.....	686
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal	690
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais	694

Capítulo 13 Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1.	Noções preliminares	701
13.2.	Do procedimento comum ordinário	704

13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa	704
13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	706
13.2.3.	Citação do acusado.....	708
13.2.4.	Resposta	708
13.2.5.	Absolvição sumária	713
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa	715
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	717
13.2.7.1.	Declarções do ofendido	717
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	718
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos	722
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	722
13.2.7.5.	Interrogatório	723
13.2.7.6.	Diligências complementares	725
13.2.7.7.	Alegações finais.....	726
13.2.7.8.	Sentença	729
13.3.	Procedimento sumário.....	732
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário	733
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538)	733
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais	735
13.4.1.	Noções preliminares	735
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo	736
13.4.3.	Processo penal consensual.....	738
13.4.3.1.	Composição civil	738
13.4.3.2.	Representação do ofendido	739
13.4.3.3.	Transação penal.....	740
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo	746
13.4.4.	Procedimento	751
13.4.4.1.	Termo circunstanciado	753
13.4.4.2.	Audiência preliminar	753
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento	757
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri.....	761
13.5.1.	Noções preliminares.....	761
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro	763
13.5.2.1.	Plenitude de defesa	763
13.5.2.2.	Sigilo das votações	764
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos	765
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	766
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação	769
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa	769
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação	769
13.5.3.3.	Citação do acusado	770
13.5.3.4.	Resposta	770
13.5.3.5.	Réplica	770
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397	771
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	772
13.5.3.7.1.	Declarções do ofendido	772
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	773
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	774

13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	774
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	774
13.5.4.	Pronúncia.....	775
13.5.5.	Impronúncia.....	780
13.5.6.	Absolvição sumária	781
13.5.7.	Desclassificação	785
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares	787
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa	788
13.5.10.	Preparação do processo	789
13.5.11.	Desaforamento	789
13.5.12.	Aceleração do julgamento	794
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	794
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri	795
13.5.15.	Formação e convocação do júri	799
13.5.16.	Do julgamento pelo júri.....	799
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas	799
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação.....	802
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	803
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados	803
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas	806
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados	808
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas	808
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos	809
13.5.16.9.	Leitura de peças	810
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado	813
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	813
13.5.16.12.	Debates orais.....	815
13.5.16.13.	Vedaçāo de utilização de argumentos	818
13.5.16.14.	Juntada de documentos.....	821
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados	823
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença	823
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos	824
13.5.16.18.	Sala secreta.....	824
13.5.16.19.	Quesitos	825
13.5.16.20.	Votação dos quesitos	831
13.5.16.21.	Sentença	833
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença	834
13.5.16.23.	Leitura da sentença	837
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares	838
13.6.1.	Noções gerais.....	838
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial	838
13.6.3.	Ação penal subsidiária	839
13.6.4.	Sentença declaratória da falência	840
13.6.5.	Recebimento da denúncia.....	840
13.6.6.	Competência do juiz criminal	841
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	841
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial.....	841
13.7.2.	Cabimento do procedimento.....	843
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função	844

34 PROCESSO PENAL

13.7.4.	Denúncia	845
13.7.5.	Resposta escrita	846
13.7.6.	Recebimento da denúncia.....	848
13.7.7.	Rejeição da denúncia	849
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra	850
13.8.1.	Noções gerais.....	850
13.8.2.	Cabimento.....	851
13.8.3.	Audiência de reconciliação	852
13.8.4.	Exceção da verdade	855
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato	858
13.8.6.	Pedido de explicações.....	859
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	861
13.9.1.	Noções gerais.....	861
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada	862
13.9.2.1.	O exame pericial	863
13.9.2.2.	Ação penal	866
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública.....	870
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial.....	873
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas	874
13.10.1.	Noções gerais.....	874
13.10.2.	Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008.....	875
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes.....	877
13.10.4.	Inquérito policial	878
13.10.5.	Oferecimento da denúncia.....	880
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia	881
13.10.7.	Notificação	882
13.10.8.	Resposta	882
13.10.9.	Diligências.....	884
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação	884
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária	887
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento.....	888

**Capítulo 14
Nulidade dos atos processuais**

14.1.	Noções gerais.....	899
14.2.	Atos inexistentes.....	901
14.3.	Nulidades absolutas	905
14.4.	Nulidades relativas	906
14.5.	Princípios relativos às nulidades	906
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas	906
14.5.2.	Princípio da causalidade	908
14.5.3.	Princípio do interesse	909
14.6.	Nulidades combinadas no CPP	910
14.7.	Convalidação dos atos processuais	919
14.8.	Meios para alegar as nulidades	922

**Capítulo 15
Recursos**

15.1.	Teoria geral dos recursos.....	927
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso.....	927

15.1.2.	Conceito e classificações	928
15.1.3.	Princípios relativos aos recursos.....	929
15.1.3.1.	Taxatividade.....	929
15.1.3.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	930
15.1.3.3.	Fungibilidade recursal	930
15.1.3.4.	Dialecticidade	934
15.1.3.5.	Disponibilidade.....	935
15.1.3.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	936
15.1.3.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	936
15.1.4.	Efeitos dos recursos	940
15.1.4.1.	Efeito devolutivo.....	940
15.1.4.2.	Efeito suspensivo	941
15.1.4.3.	Efeito regressivo ou iterativo	944
15.1.4.4.	Efeito extensivo	944
15.1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	945
15.1.5.1.	Juízo de admissibilidade.....	945
15.1.5.2.	Juízo de mérito	947
15.1.6.	Requisitos de admissibilidade.....	948
15.1.6.1.	Cabimento	948
15.1.6.2.	Tempestividade	949
15.1.6.3.	Regularidade formal.....	952
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	953
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos	953
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos	957
15.1.6.5.	Legitimidade	959
15.1.6.6.	Interesse	963
15.2.	Apelação	965
15.2.1.	Noções gerais.....	965
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade.....	965
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593	965
15.2.2.2.	Tempestividade	969
15.2.2.3.	Regularidade formal.....	971
15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	972
15.2.2.5.	Legitimidade	973
15.2.2.6.	Interesse	974
15.2.3.	Procedimento	974
15.2.4.	Efeitos da apelação	975
15.3.	Recurso em sentido estrito	979
15.3.1.	Noções gerais.....	979
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	980
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581	980
15.3.2.2.	Tempestividade	987
15.3.2.3.	Regularidade formal.....	988
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	989
15.3.2.5.	Legitimidade	989
15.3.2.6.	Interesse	990
15.3.3.	Procedimento	990
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito	991
15.4.	Embargos de declaração	992
15.4.1.	Noções gerais.....	992

15.4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	993
15.4.2.1.	Cabimento	993
15.4.2.2.	Tempestividade	996
15.4.2.3.	Regularidade formal.....	996
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse.....	996
15.4.3.	Procedimento	997
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração	998
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	999
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração.....	1001
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades.....	1002
15.5.1.	Noções gerais.....	1002
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1003
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único)	1003
15.5.2.2.	Tempestividade	1004
15.5.2.3.	Regularidade formal.....	1006
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	1006
15.5.3.	Procedimento	1006
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes	1007
15.6.	Carta testemunhável.....	1009
15.6.1.	Noções gerais.....	1009
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1009
15.6.2.1.	Cabimento	1009
15.6.2.2.	Tempestividade	1011
15.6.2.3.	Legitimidade	1011
15.6.3.	Procedimento	1011
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável	1013
15.7.	Correição parcial.....	1014
15.7.1.	Noções gerais.....	1014
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1015
15.7.2.1.	Cabimento	1015
15.7.2.2.	Tempestividade	1018
15.7.2.3.	Legitimidade	1018
15.7.3.	Procedimento	1018
15.7.4.	Efeitos da correição parcial	1020
15.8.	Recursos especial e extraordinário.....	1020
15.8.1.	Noções gerais.....	1020
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1022
15.8.2.1.	Cabimento	1022
15.8.2.1.1.	Questões comuns	1022
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário ...	1026
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1035
15.8.2.2.	Tempestividade	1037
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	1038
15.8.2.4.	Legitimidade	1039
15.8.2.5.	Interesse	1039
15.8.3.	Procedimento	1040
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	1042
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	1051
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário	1056

15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário	1058
15.9.1.	Noções gerais.....	1058
15.9.2.	O agravo no novo Código de Processo Civil	1059
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade.....	1059
15.9.3.1.	Cabimento	1059
15.9.3.2.	Tempestividade	1060
15.9.4.	Procedimento	1060
15.9.5.	Efeitos do agravo	1061
15.10.	Embargos de Divergência.....	1063
15.10.1.	Noções gerais.....	1063
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1063
15.10.2.1.	Cabimento	1063
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado	1064
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma	1065
15.10.2.2.	Tempestividade	1066
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência	1067
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo	1069
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse	1069
15.10.3.	Procedimento	1070
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF.....	1070
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	1071
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência	1071
15.11.	Agravo em execução	1073
15.11.1.	Noções gerais.....	1073
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1073
15.11.2.1.	Cabimento	1073
15.11.2.2.	Tempestividade	1073
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse	1074
15.11.3.	Procedimento	1074
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução	1075

Capítulo 16 *Habeas corpus*

16.1.	Natureza jurídica	1079
16.2.	Notícias históricas	1079
16.3.	Tutela jurisdicional	1080
16.4.	Condições da ação	1081
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal.....	1081
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	1082
16.4.3.	Legitimidade	1086
16.4.3.1.	Legitimados ativos	1086
16.4.3.2.	Legitimado passivo	1088
16.5.	Pressupostos processuais	1089
16.6.	Competência	1092
16.7.	Procedimento	1093
16.8.	Ônus da prova.....	1096
16.9.	Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1099
16.9.1	Requisitos de admissibilidade.....	1099
16.9.1.1	Cabimento	1099

16.9.1.2.	Legitimidade recursal.....	1101
16.9.1.3.	Interesse recursal	1103
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo	1103
16.9.1.5.	Tempestividade	1103
16.9.2.	Procedimento	1103
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1104
Capítulo 17 Revisão criminal		
17.1.	Noções gerais.....	1109
17.2.	Condições da ação	1111
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei	1111
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação	1118
17.2.3.	Legitimidade	1118
17.3.	Pressupostos processuais.....	1119
17.4.	Procedimento	1121
17.5.	Ônus da prova.....	1122
17.6.	Efeitos da sentença absolutória	1122
17.7.	Coisa julgada	1123
17.8.	Indenização pelo erro judiciário	1124
Capítulo 18 Medidas cautelares		
18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal	1129
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares.....	1129
18.1.2.	Características das tutelas cautelares	1130
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética.....	1130
18.1.2.2.	Acessoriedade	1131
18.1.2.3.	Preventividade	1131
18.1.2.4.	Provisoriadade	1132
18.1.2.5.	Cognição sumária	1133
18.1.2.6.	Referibilidade.....	1136
18.1.2.7.	Proporcionalidade.....	1136
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais.....	1137
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais	1139
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal.....	1140
18.2.	Medidas cautelares pessoais.....	1144
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais	1145
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	1145
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada.....	1148
18.2.1.3.	Contradictoriedade	1152
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva	1152
18.2.1.5.	Cumulatividade	1153
18.2.2.	Prisão em flagrante	1154
18.2.2.1.	Conceito e finalidade	1154
18.2.2.2.	Classificação	1154
18.2.2.3.	Situação de flagrante	1154
18.2.2.4.	Situações especiais	1155

18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito	1158
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade ...	1161
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial....	1162
18.2.3.	Prisão preventiva	1164
18.2.3.1.	Momento para decretação	1165
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão	1166
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão.....	1167
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva....	1167
18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva ...	1168
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	1170
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública	1172
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1175
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal.....	1177
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1177
18.2.3.6.5.	O <i>periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão.....	1179
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1181
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada.....	1183
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação	1184
18.2.3.9.	Prisão domiciliar	1187
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica	1190
18.2.4.	Prisão temporária	1192
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento	1193
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1194
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária	1195
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1195
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1196
18.2.5.	Audiência de custódia	1197
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia	1197
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH	1197
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz	1198
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH	1204
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia	1206
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia	1206
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão	1211
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva	1211
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?.....	1212
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1214
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade.....	1216
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão	1218
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?.....	1220
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1222
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo	1222
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1224
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada	1225

18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca	1227
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1229
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1230
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável	1236
18.2.6.7.8.	Fiança	1238
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis	1241
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade	1244
18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança	1245
18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança	1246
18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança	1247
18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda	1250
18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica	1253
18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país	1255
18.2.7.	Liberdade provisória	1256
18.2.7.1.	Noções gerais	1256
18.2.7.2.	Natureza jurídica	1256
18.2.7.3.	Vedações da liberdade provisória	1257
18.2.7.4.	Classificação	1258
18.2.7.5.	Momento	1259
18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória	1259
18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude	1259
18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”	1261
18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança	1262
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais	1262
18.3.1.	Sequestro	1263
18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis	1265
18.3.1.1.1.	Objeto	1265
18.3.1.1.2.	Requisito	1266
18.3.1.1.3.	Legitimados	1266
18.3.1.1.4.	Momento	1267
18.3.1.1.5.	Finalidade	1267
18.3.1.1.6.	Levantamento	1268
18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório	1269
18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis	1270
18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens	1270
18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2º, do Código Penal	1277
18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação	1279
18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal	1281
18.3.2.1.	Objeto	1282
18.3.2.2.	Requisito	1282
18.3.2.3.	Legitimados	1282
18.3.2.4.	Momento	1283
18.3.2.5.	Procedimento	1284
18.3.2.6.	Finalidade	1285
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal	1286

18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1287
18.3.5.	Da alienação antecipada	1289
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento	1289
18.3.5.2.	Procedimento.....	1290
18.3.6.	Da utilização dos bens constritos	1294
18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento	1294
18.3.6.2.	Procedimento.....	1295
	Referências bibliográficas	1303